



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150395 - PE (2021/0219678-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : EDUARDO QUIRINO NERIS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : PAULO RICARDO CABRAL DE SOUSA - PE050809
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDUARDO QUIRINO NERIS DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0003244-20.2021.8.18.9000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente, desde 9/11/2020, pela suposta prática do delito de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal).

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Discorre sobre os riscos de contágio por covid-19 no cárcere e alega preencher os requisitos para aplicação da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a adoção de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

Infere-se que, além deste recurso ordinário constitucional, a defesa impetrou o HC n. 669.234/PE, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 0003244-20.2021.8.18.9000 e buscando a revogação da prisão preventiva do recorrente ou a substituição por medidas cautelares.

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido nenhum fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

A propósito, cito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRETENSÃO JÁ ANALISADA EM WRIT ANTERIOR. MERA REITERAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Hipótese em que a presente impetração constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 429.842/SP, e isto porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos a mesma decisão, o que constitui óbice ao seu conhecimento.

2. Ainda que o habeas corpus anterior não tenha sido conhecido, caso analisada a pretensão para fins de análise de eventual flagrante ilegalidade, subsiste a reiteração entre os feitos.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC n. 94.212/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 15/4/2020; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente